



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO

Alessandra de Andrade Serrazes

**O *STATUS* CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO
BRASIL SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Brasília
2011

Alessandra de Andrade Serrazes

**O *STATUS* CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO
BRASIL SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito das Relações Internacionais, área de concentração em Direito das Relações Internacionais pelo Programa de Mestrado do Centro Universitário de Brasília.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros

Brasília
2011

SERRAZES, Alessandra de Andrade

O *status* constitucional dos tratados de direitos humanos no Brasil sob a ótica do Supremo Tribunal Federal /
Alessandra de Andrade Serrazes, 2011.

Xxx f.

Orientadora: Samantha Ribeiro Meyer-Pflug

Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Brasília.
Programa de Mestrado em Direito, Brasília, 2011

1. Direito Constitucional. 2. Tratados. 3. Direitos Humanos
I. Centro Universitário de Brasília. Programa de Mestrado
em Direito. II. Título.

ALESSANDRA DE ANDRADE SERRAZES

**O STATUS CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO
BRASIL SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Tese aprovada pelo Programa de Mestrado do Centro Universitário de Brasília e julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Direito das Relações Internacionais.

Orientadora: Samantha Ribeiro Meyer-Pflug.

Brasília, de.....de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
Orientadora

Co-orientador

Examinadora

Agradecimentos

Dedico este trabalho ao meu marido, Alberto Mendes, fonte constante de inspiração, por todo o apoio e incentivo; aos meus pais, Joaquim Carlos e Eliane, por me encorajarem a superar as dificuldades; a minha orientadora, Prof^a. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug, por sua paciência e dedicação em resolver os percalços do caminho; ao meu amigo e motivador, Vitor Eduardo Oliveira, ao coordenador do Mestrado, Prof. Marcelo Varella, sempre presente e disposto a ajudar e a todos que contribuíram na realização deste trabalho.

RESUMO

O Supremo Tribunal Federal, em uma decisão histórica, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 466.343-1/SP, decidiu por conferir ao Pacto de São José da Costa Rica *status* de supralegalidade, colocando-o abaixo apenas da Constituição. Pouco tempo depois, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3510, o Supremo Tribunal Federal decidiu por afastar a aplicação do referido Pacto, em prol de um benefício coletivo, que seria obtido com a possibilidade de utilização das células-tronco embrionárias para pesquisa e terapia, tendo o presente trabalho a finalidade de analisar os acórdãos decorrentes tanto do Recurso Extraordinário nº 466.343-1/SP quanto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3510, vez que ambos discutem a aplicação ou não do Pacto de São José da Costa Rica quando este diverge do estabelecido na Constituição Federal de 1988 em questões de direitos humanos, tendo como foco principal o *status* ocupado por esse tratado na hierarquia legal brasileira. Diante da decisão divergente proferida pelo Supremo Tribunal Federal, com intervalo aproximado de seis meses entre um julgamento e outro, pretende o presente trabalho, ainda, analisar os impactos dessas decisões e as consequências dos entendimentos divergentes para os aplicadores do direito, bem como discutir se, efetivamente, tais entendimentos divergentes gerariam insegurança jurídica. Para tanto se analisa o *status* dos tratados de direitos humanos no Brasil, bem como os ministros votaram em cada um dos julgados e a fundamentação usada na defesa de suas teses.

Palavras-Chaves: Direito Constitucional, Tratados de Direitos Humanos; internacionalização do direito

ABSTRACT

The Supreme Court, in a landmark ruling when the trial of Extraordinary Appeal No. 466.343-1/SP, decided to give the Pact of San José supralegal *status*, putting it second only to the Constitution. Shortly thereafter, the judge of the Unconstitutionality Action No. 3510, the Supreme Court decided to exclude the application of the treaty in favor of a collective benefit that would be obtained with the possibility of using embryonic stem cells for research and therapy. The purpose of this study is examine the judgments arising from both the Extraordinary Appeal No. 466.343-1/SP and the Unconstitutionality Action No. 3510, as the two discuss whether or not the Pact of San José when it diverges from the provisions of the Constitution of 1988 on human rights issues, focusing primarily on the *status* occupied by the treaty in the Brazilian legal hierarchy. Given the divergent decision rendered by the Supreme Court, with an interval of approximately six months between trial and another, this paper intends to analyze the impacts of these decisions and the consequences of divergent understandings to the executors of the law, and discuss whether effectively generate such divergent understandings breeds insecurity legal. Therefore, it is important to discuss the *status* of human rights treaties in Brazil, as well as the ministers voted in each trial and the rationale used in defense of their theses. These discussions are to be presented in this study.

KEYWORDS: Constitutional Law, Treaties, Human Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. - Artigo

CF/88 – Constituição Federal de 1988

EC – Emenda Constitucional

HC – Habeas Corpus

RE – Recurso Extraordinário

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I. A possibilidade de prisão do depositário infiel: Recurso Extraordinário nº 466.343-1/SP	14
1.1 Do objeto da demanda.....	14
1.2 O voto dos ministros e sua respectiva fundamentação.....	16
1.2.1 Ministro César Peluso - Relator.....	16
1.2.2 Ministro Gilmar Mendes	21
1.2.3 Ministra Carmen Lúcia	30
1.2.4 Ministro Ricardo Lewandowski	31
1.2.5 Ministro Joaquim Barbosa	31
1.2.6 Ministro Carlos Britto	32
1.2.7 Ministro Marco Aurélio	33
1.2.8 Ministro Celso de Mello	34
1.2.9 Ministro Menezes Direito	38
Capítulo II. A constitucionalidade da Lei de Biossegurança: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3510.....	43
2.1. Do objeto da demanda.....	43
2.2 O voto dos ministros e sua respectiva fundamentação.....	46
2.1.1 Ministro Ayres Britto – Relator.....	46
2.1.2 Ministra Ellen Gracie	52
2.1.3 Ministra Menezes Direito	53
2.1.4 Ministra Carmen Lúcia	60
2.1.5 Ministro Ricardo Lewandowski	65
2.1.6 Ministro Eros Grau	71
2.1.7 Ministro Joaquim Barbosa	73
2.1.8 Ministro César Peluso	75
2.1.9 Ministro Marco Aurélio.....	77
2.1.10 Ministro Celso de Mello.....	79
2.1.11 Ministro Gilmar Mendes.....	81

Capítulo III. O Pacto de São José da Costa Rica e o ordenamento jurídico brasileiro.....	83
3.1 Pacto de São José da Costa Rica	86
3.1.1 O Pacto e o depositário infiel.....	88
3.1.2 O Pacto e a proteção a vida.....	90
3.2 Os conceitos de Direitos Humanos e Tratados.....	93
3.2.1 Teorias monista e dualista.....	105
3.2.2 O processo de internalização dos tratados de direitos humanos no Brasil.....	108
Capítulo IV. O <i>status</i> normativo dos tratados de direitos humanos no Brasil.....	112
4.1 O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>status</i> dos tratados de direitos humanos.....	116
4.1.1 A relevância do processo de internacionalização do Direito.....	118
4.2 A Emenda Constitucional nº 45/04 e seus aspectos constitucionais.....	121
4.2.1 Problemas advindos da redação do § 3º do art. 5º da Constituição.....	124
4.2.2 Dos efeitos advindos da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida no RE nº 466.343-1/SP.....	128
Capítulo V. Jurisprudência divergente no STF: insegurança jurídica?.....	134
5.1 O princípio da segurança jurídica.....	135
5.2 Da possível divergência entre as decisões no RE nº 466.343 e na ADI nº 3510 do Supremo Tribunal Federal.....	140
Conclusão.....	145
Referências.....	148